

Philia na concepção política de Aristóteles



<https://doi.org/10.56238/medfocoexplconheci-005>

Ricardo Valim

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7790-6148>

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar a Philia (amizade) sob o prisma da concepção política de Aristóteles. Este trabalho contou com o apoio de uma rica bibliografia de pesquisadores, mas principalmente com as obras do próprio Aristóteles tais como a Política e a Ética a Nicômaco onde foram subtraídos dados interessantes como, por exemplo, a própria idéia de política do filósofo, o papel do cidadão na pólis, a importância de uma boa educação para os futuros governantes, o que é de fato o “homem animal político”, a noção de justiça, a forte relação que

existe entre política e ética. Neste trabalho acadêmico também é explorada a visão que o filósofo apresenta da Philia (amizade) na Ética a Nicômaco bem como as suas devidas distinções. E após termos concluído todo este percurso chegamos ao ponto em que culmina a amizade com a política. E é justamente aqui em que nos perguntamos: o que tem a Philia para contribuir para as relações políticas? Porque ela é assim tão cara para Aristóteles? Porque se deve exercitar a amizade? E de fato percebemos que é somente por via de relações em que o ser humano é sincero consigo mesmo com o outro que a pólis é beneficiada. Isto ocorre pelo simples fato de que se uma cidade está bem organizada dentro de seus limites com cidadãos praticantes da virtude nada pode impedir o florescimento desta pólis. Mas para que estes cidadãos sejam de fato virtuosos é preciso criar uma cultura pautada na virtude.

Palavras-chave: Philia, Concepção Política, Aristóteles.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento político de Aristóteles tem até os dias de hoje grande importância para a humanidade, principalmente por questões relevantes à ética. Seu pensamento se traduz numa simplicidade e profundidade inigualáveis presentes em suas respectivas obras. Neste trabalho acadêmico analisamos duas diretamente. A primeira foi à obra intitulada Ética a Nicômaco e em segundo lugar, como forma de perceber como é este pensamento na prática, estudamos a Política. Tanto uma como a outra deixam transparecer a preocupação do filósofo com questões cruciais para a edificação de pólis. Este fato ganha forte evidência quando o filósofo, tanto na Ética quanto na Política, trata de assuntos como a educação, leis, justiça, ética, felicidade, amizade, família, governos, virtudes etc.; estaria Aristóteles sendo pretensioso demais ao trabalhar estes e outros temas? Não, na verdade ele procurava a causa última de todas as coisas. Ele buscava encontrar uma base sólida para justificar seus argumentos e conseqüentemente fazer o verdadeiro trabalho do filósofo, fazer-nos pensar por nós mesmos. O estudo do pensamento aristotélico é de imenso valor e nos remete a perceber algo muito maior do que nossa própria realidade: qual é afinal de contas o propósito de uma pólis? Embora não



seja da conta de nosso presente estudo, mas é uma pergunta que pode ser transferida para os nossos dias.

Durante a elaboração desta pesquisa ficou muito evidente uma forte ligação entre livros da *Ética a Nicômaco* e os da *Política*. Ambas as obras servem de complemento uma para a outra ao ponto que se tornam impossíveis de pensar uma desvinculada da outra. Conexões intrínsecas de idéias tornam-se evidentes ao passo que a leitura avança em ambos os escritos. Pensar um pensamento político fora do âmbito da ética em Aristóteles é muito complicado existem vínculos muito fortes e que dão uma bela harmonia ao pensamento político do Estagirita. Pensar na pólis é ao mesmo tempo entrar em contato e entender o que significa o animal político que Aristóteles tanto se preocupa. Esta preocupação é tão latente que notamos em seu pensamento que é a soma de todos os indivíduos que constituem a pólis e mais, “[...] o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 1979, p. 210). Pensar, portanto, no homem como ser isolado é improvável para Aristóteles. Então se tivermos uma cidade constituída de indivíduos saudáveis intelectual e fisicamente imagine o quão próspera não será este lugar. É o ser humano peça-chave para tornar a pólis próspera ou não. E somente é este ser humano que a pode revitalizar. Parece óbvio para nós hoje, mas era já no período clássico um grande desafio para os governantes.

Sendo um pensador que acreditava em todo o potencial humano e que não se pautava em um mundo das idéias via no ser humano e em seus sentimentos as respostas para as suas indagações. O ser humano para Aristóteles só poderia superar a si mesmo por si próprio. Ou seja, seria melhor do que foi ontem através de suas ferramentas que teria neste exato momento. Por isso o filósofo não descartava as paixões, sentimentos que o homem carrega consigo desde a mais tenra idade até os seus últimos momentos. Pode-se pensar em Aristóteles como um sentimentalista, mas na verdade ele queria mostrar que sentimentos como a amizade, por exemplo, é a chave para a construção de uma pólis mais humanizada e por isso mesma mais justa. Os sentimentos são as ferramentas que Aristóteles vê no homem para governar a si próprio e depois a realidade circundante. Se o homem não governa bem as suas paixões, como poderá governar uma pólis? Como um ser dotado de todos os sentidos e mais linguagem e compreensão não é capaz de se bem conduzir? Aristóteles sabia que era fundamental compreender o homem não só nas suas ações como elas nos aparecem, mas também entender qual era o significado da ação para o próprio homem. Agindo assim ele alcançaria a causa primeira de todas as ações e teria uma melhor consciência das consequências dos atos. É no próprio homem que se encontram todas as respostas para as circunstâncias. Logo é preciso dotar este ser de conhecimento virtuoso e para isso é preciso que a cultura que o cerca favoreça-o com bons exemplos. Mas tudo depende também desta cultura que é formada por outros seres humanos e se eles desejarem que seu futuro seja pleno então assim o será do contrário a pólis ruirá.



Aristóteles lança assim as bases do compromisso social e mostra que todos são importantes a seu modo para manter a cidade unida. Ou como ele mesmo nos diz, “um cidadão é uma parte da comunidade, como o marinheiro é em relação à tripulação;” (Política, 1999, p.216). Muito embora se saiba que cada um é detentor de um talento diferente, mas todos objetivam a mesma coisa, a chegada a um porto seguro, o bem viver. Mas se quiser ter uma viagem segura é preciso que cada um confie no trabalho do seu camarada como confiar um segredo a um amigo. E fazer o bem a este como se o estivesse fazendo a si próprio, afinal de contas “[...] o amigo é um outro 'eu'" (ARISTÓTELES, 1979, p. 204). Afinal de contas “[...] só aqueles que amam na medida justa são amigos duradouros, e só a amizade desses resiste ao tempo” (ARISTÓTELES, 1979, p. 187) e sendo assim o ser humano merece a felicidade e conseqüentemente “... o homem feliz necessita de amigos” (ARISTÓTELES, 1979, p. 210).

Enfim, o segredo para compreendermos a *Philia* sob a perspectiva política de Aristóteles é justamente levar em consideração o ser humano como um todo, seus sentimentos, pensamentos, vivências e tudo o mais que faça parte de seu cotidiano na realidade social em que está inserido. Deste modo notamos que o animal político de Aristóteles é um ser compreendido na sua integridade e que todos estes fatores o compõem e ao mesmo tempo são a chave para elaborar um sistema político pautado na verdade e na virtude.

2 OS VÍNCULOS ENTRE ÉTICA E POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Este capítulo tem por objetivo ajudar a esclarecer o que pretendia Aristóteles com seus escritos, *Ética a Nicômaco* e a *Política*. Esta tarefa tem sua importância no fato de que nos ajudará a compreender melhor a intenção do filósofo em relação a temas e a conceitos que permeiam a composição deste trabalho. Além do mais, o estudo realizado neste ponto nos dará a oportunidade de entender o pensamento de Aristóteles quanto à política. Ao passo que observando alguns pontos-chave das duas obras poderemos abrir novos caminhos que nos ajudarão a compreender não somente a política e a necessidade de uma conduta ética dentro da mesma. Mas encontraremos o sentido pelo qual a amizade é tão importante para Aristóteles nas relações da pólis grega.

2.1 A “POLÍTICA”

No texto da *Política*, Aristóteles trabalha vários temas dentre os quais, as diversas espécies de política, desde as relações familiares até as existentes entre homens livres e escravos. Analisa a questão da justiça. Aliás, diga-se de passagem, é uma espécie de continuação de sua obra *Ética a Nicômaco*. O filósofo também aborda as diferentes teorias políticas da época como, por exemplo, as sugeridas por Sócrates e Platão na *República*.



No início da Política, o filósofo por duas vezes chama o ser humano de “animal político” (ARISTÓTELES, 1999, p.146). Mas a pergunta que fica é o que Aristóteles entende exatamente por “animal político”? Bem, segundo ele, o que torna o ser humano mais político do que qualquer outra espécie “gregária” – é a capacidade de falar (logos/ linguagem). É justamente esta capacidade de comunicar, expressar ideias e também o torna capaz da compreensão. Somente o ser humano é douto de logos e conseqüentemente é racional. Somente o ser humano é capaz da fala racional, fala com compreensão. Aliás, o homem é o único ser vivo dotado de palavra na pólis. E também é o único capaz de escolher o que deseja para a sua vida na pólis. Aristóteles pensava que o ser humano possuía capacidade suficiente para escolher como governar e ser governado. E assim Aristóteles expõe a sua definição de cidadão no que ele julga ser a melhor das constituições:

Um cidadão é, em geral, aquele que toma parte tanto no governo como no corpo governado; isso não é idêntico em todas as espécies de constituição, mas na melhor significa aquele que é capaz de escolher como governar e ser governado, com vistas a uma vida que esteja de acordo com a virtude (ARISTÓTELES, 1999, p. 238-239).

É também este ser humano o único capaz de decidir o que é justo e injusto na pólis. É a sua “noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça. E é a associação de seres que têm opinião comum acerca desses assuntos que faz uma família ou uma cidade” (ARISTÓTELES, 1999, p.146).

Aliás, Aristóteles, em se tratando de justiça, viu-a como meta virtuosa para toda a comunidade. “Na pólis, a virtude objetiva é a justiça; e isso significa justiça para toda a comunidade. Está muito claro que a justiça, numa comunidade, significa igualdade para todos” (ARISTÓTELES, 1999, p.234). Este fator é muito importante no pensamento aristotélico. Se tivermos uma justiça que se aplica a todos os cidadãos ela proporciona igualdade para as pessoas, torna-se universal dentro daquela cultura. Isso porque Aristóteles sabia que para cada realidade social e política existia uma demanda diferente. Pensava o filósofo, considerando outras probabilidades culturais:

Da mesma forma, as coisas que são justas não por natureza, mas por decisão humana, não são as mesmas em toda parte. E as próprias constituições, não são as mesmas, conquanto só haja uma que é, por natureza, a melhor em toda parte.

Das coisas justas e legítimas cada uma se relaciona como o universal para com os seus casos particulares; pois as coisas praticadas são muitas, mas dessas cada uma é uma só, visto que é universal. (ARISTÓTELES, 1979, p. 131).

E conseqüentemente evita problemas para o poder legislativo. Estes problemas seriam, por exemplo, a elaboração de novas leis para suprir casos em que o “status” de determinada pessoa estivesse em jogo.

Pensava Aristóteles “[...] que a justiça relaciona-se a pessoas e que a igualdade deve ser para os iguais” (ARISTÓTELES, 1999, p.234). Via ele que “a justiça nas transações entre um homem e outro é efetivamente uma espécie de igualdade [...]” (ARISTÓTELES, 1979, p. 126). Caso contrário,



“[...] qualquer diferença entre as pessoas significaria diferentes justiças e diferentes méritos” (ARISTÓTELES, 1999, p.234). O que a curto, médio ou longo prazo resultaria no enfraquecimento da união da cidade. No entanto, o filósofo não descarta a possibilidade de na pólis existirem pessoas mais bem dotadas em certas artes e que no comando daquilo que lhes compete poderiam exercer melhor a função do que, por exemplo, uma pessoa menos habilidosa. “O direito de usar o melhor instrumento pertence ao que melhor o toca” (ARISTÓTELES, 1999, p.235).

Quanto ao indivíduo particular dentro da pólis, na *Ética a Nicômaco*, recebe uma explicitação maior do que na obra *Política*. Na *Ética* o indivíduo seria considerado “o justo, portanto, se fosse o respeitador da lei” (ARISTÓTELES, 1979, p. 121). Mas é preciso prestar atenção a um detalhe muito interessante. O ser humano passa a ser justo se cumpridor de leis que pela convenção da pólis são consideradas justas. Ou seja, leis justas feitas por homens justos e concretizadas por cidadãos que por via da reta execução deste projeto coletivo tornam-se justos. Nas palavras do Estagirita, “[...] o respeitador das leis é justo, evidentemente todos os atos legítimos são, em certo sentido, atos justos; porque os atos prescritos pela arte do legislador são legítimos, e cada um deles dizemos nós, é justo” (ARISTÓTELES, 1979, p. 122). O que são para Aristóteles afinal de contas atos justos? Bem, a resposta só pode ser uma, “[...] chamamos justos aqueles atos que tendem a produzir e a preservar, para a sociedade política, a felicidade e os elementos que a compõem” (ARISTÓTELES, 1979, p. 122). Por isso que para o filósofo a justiça é considerada a maior das virtudes (ARISTÓTELES, 1979, p. 122). Mas é preciso destacar que a virtude é aquela disposição interna para praticar a justiça. Ou seja, é a virtude a reta intenção de bem conduzir a pólis e a justiça ocorre em atos concretos para se atingir este objetivo. Nas palavras de Aristóteles, “[...] um homem é justo quando age justamente por escolha; mas age justamente se sua ação é apenas voluntária” (ARISTÓTELES, 1979, p. 133).

Mas Aristóteles enfatiza todas estas considerações acerca da justiça porque percebia o quão importante era a boa índole dentro da pólis grega. Também observava o como isto poderia se tornar um cenário caótico se não fosse bem administrado. Aristóteles via “... a pólis como a soma total de seus cidadãos” (ARISTÓTELES, 1999, p. 211). Mais do que isso o “não viver numa cidade é, para um grego da época clássica, não viver politicamente (isto é, de maneira civilizada)” (WOLFF, 1999, p. 9). E, portanto, o único modo de se tornar civilizado é viver na pólis. E para bem viver nela é preciso que o cidadão esteja consciente de suas ações, escolhas e tenha um comprometimento para com a pólis, não por imposição, mas pelo contrário, pelo desejo de bem viver e progredir na mesma. Percebe-se, portanto, que esta – justiça – é um fator importante para a união de pessoas numa mesma pólis.

Mesmo com esta presença de pessoas em associação ainda existem fatores que precisam ser considerados quanto à manutenção desta estrutura. Para Aristóteles, todo cidadão tem sua vital importância para a pólis, independentemente de sua função. Todos são importantes e todos têm uma meta comum, a boa condução da cidade.



Um cidadão é parte da comunidade, como um marinheiro o é em relação à tripulação; embora cada membro da tripulação tenha sua própria função, e um nome que se ajuste a ela – remador, timoneiro, vigia –, e possua, portanto, sua virtude naquele trabalho bem particular, há também uma virtude que toda a tripulação deve ter, uma função da qual todos desempenham um papel: a condução segura da viagem; pois cada membro da tripulação objetiva assegurá-la. De modo similar, o objetivo de todos os cidadãos, não importa quão dessemelhantes possam ser, é a segurança da comunidade, isto é, a constituição da qual são cidadãos (ARISTÓTELES, 1999, p. 216).

Para os gregos de modo geral, estar na pólis, ser político é estar a serviço da pólis, a serviço da comunidade, ser participe. Outro ponto importante a destacar é a visão de que sendo político não existe um homem “maior” do que o outro. No sentido de que todos são igualmente importantes para com os cuidados da cidade. Mas para que tudo isso aconteça - e se for é claro desejo do povo – é preciso que se inicie com a educação das crianças e até mesmo das mulheres. Aristóteles explica dizendo que:

[...] As crianças, e as mulheres, devem ser educadas com um olho na constituição da pólis - ao menos se é verdadeiro dizer que faz diferença, para a excelência da pólis, que suas crianças e mulheres devam ser boas. E realmente isso faz diferença, pois as mulheres compõem metade da população livre adulta, e das crianças surgirão aqueles que virão a ser cidadãos e a participar da vida política (ARISTÓTELES, 1999, p. 168).

Percebe-se aqui, portanto, implícito o conceito de Paidéia – “trata-se de disciplina educativa graças a qual a criança, depois o jovem, interioriza uma norma coletiva que constitui o ideal de sua classe” (VÉRGNIÉRES, 2008, p. 16). Assim os homens desde a mais tenra idade são formados para estarem a serviço da comunidade. “Os homens mais importantes da Grécia sempre se consideraram a serviço da comunidade...” (JAEGER, 2003, p. 17).

O fato é que, se a pólis procura que seus constituintes sejam bons, faz jus que estes aprendam regras básicas para se tornarem bons governantes como, por exemplo, obedecer antes de comandar. Este é um ensinamento que deve ser incisivamente aplicado devido a sua importância e valor. Assim entende Aristóteles: “Mas certamente é bom aprender a obedecer, tanto quanto comandar, e creio que podemos dizer que a virtude do cidadão é exatamente esta: saber bem como governar e como ser governado” (ARISTÓTELES, 1999, p. 218). E segue mais adiante com comentários acerca desta regra:

Mas existe outra espécie de regra: a exercida entre homens livres e iguais no nascimento. Nós a denominamos “constitucional” ou “política”. É ela que um governante deve primeiro aprender, e a aprende ao ser governado, assim como em qualquer arma alguém aprende a comandar sendo, primeiro, um oficial Junior. Este é o princípio justo; não é possível ser bom comandante sem primeiro aprender a obedecer (ARISTÓTELES, 1999, p. 218).

Aristóteles prioriza este método que valoriza as etapas de formação dos cidadãos para de fato exercerem a vida política. Além do mais estabelece a negação de que a obediência e o governo possam ter o mesmo significado e isto, fica muito evidente quando diz:



Não que o governo e a obediência virtuosos sejam a mesma coisa; mas o cidadão virtuoso precisa ter o conhecimento e a habilidade tanto de governar como de ser governado. É isso que entendemos por virtude de um cidadão – entender o governo de homens livres por homens livres (ARISTÓTELES, 1999, p. 218).

Aristóteles percebe que o êxito de uma cidade depende e muito de quem a governa. A cidade, portanto, é uma pólis de homens iguais que ao longo de sua vida iniciaram sua vida política desde a juventude e passaram então por diversos estágios antes de assumir um determinado cargo. Estão assim a serviço da comunidade. Percebemos o significado real do “animal político” aristotélico. Um ser que através de sua manifestação em e para a comunidade procura através do desempenho da virtude o bem para a pólis.

O que vemos é que “Aristóteles confere-lhe (cidade) desde logo a finalidade mais elevada: se os homens vivem em cidades, não o fazem somente por não poderem evitá-lo; é para atingir o mais alto, o maior dos bens” (WOLFF, 1999, p. 36). Como já mencionado anteriormente, viver fora da cidade é não viver adequadamente, é não ser civilizado. “Assim, ‘fazer política’, isto é, participar da vida comum, não é, na época clássica, uma atividade entre outras possíveis: é a atividade nobre por excelência, a única que vale o sacrifício de sua vida” (WOLFF, 1999, p. 11). E habitar na cidade é a oportunidade de uma pessoa aprimorar seus conhecimentos e assim tornar-se civilizado.

2.2 RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ÉTICA

Após termos visto o funcionamento das relações políticas dentro da polis grega clássica, passaremos adiante em nosso estudo procurando compreender as relações existentes entre ética e política em Aristóteles. É importante entendermos esta relação justamente porque mostra como a ética e a política fazem parte da pólis.

Como a priori o não viver na cidade para os gregos antigos caracterizava-se como barbárie. Deste modo, “o homem só pode realizar sua natureza de homem na e pela cidade” (WOLFF, 1999, p. 20). Esta realização passa pela prioridade da vida política que exerce – como já vimos – a tarefa prioritária na vida dos indivíduos. Sabe-se também que era a cidade responsável pela educação política de seus membros. Mas a pergunta que fica é: afinal de contas, onde reside a relação entre ética e política? A resposta só pode ser uma. As pessoas só poderão em uma pólis serem chamadas de virtuosas se estiverem de acordo com a realidade a que estão inseridas. Em outras palavras, as pessoas somente serão virtuosas na medida em que foram instruídas para isso. Rompe-se com esta virtude, digamos, “local” então consequentemente serão devidamente punidas.

Além do mais, a conduta individual somente poderia ser boa em geral com o auxílio das leis da cidade, que mostram permanentemente qual é a regra e dispõe de um poder coercitivo quando falta virtude; reciprocamente, são necessários muitos legisladores virtuosos para dar boa leis a cidade (WOLFF, 1999, p. 20).



Mas para que existam boas convenções que elaborem “o que é” e “o que não é virtude” se faz necessário que haja legisladores virtuosos. Caso contrário, a cidade nem seria uma verdadeira comunidade sem a presença de legisladores e cidadãos bons.

A cidade só é verdadeiramente política quando se torna comunidade ética. É realizando sua tarefa de cidadão que cada um pode dar prova de suas qualidades e experimentar a felicidade especificamente humana da vida ativa (VÉRGNIÈRES, 2008, p. 161).

E é neste aspecto que a política se encontra com a ética em Aristóteles mais profundamente. Mas para que isso aconteça é importante no pensamento de Aristóteles a força que reside no hábito. Quanto mais bem “adestrado” for à pessoa melhor. Pois, segundo ele:

O homem que queremos tornar bom deve ser bem adestrado e acostumado, passando depois o seu tempo em ocupações dignas e não praticando ações más nem voluntária, nem involuntariamente, e se isso se pode conseguir quando os homens vivem de acordo com uma espécie de reta razão e ordem, contanto que esta tenha força (ARISTÓTELES, 1979, p. 233).

Faz-se jus observar que este, assim denominado, adestramento não é um puro comportamento de repetição sem finalidade criativa, mas sim é uma forma de introduzir o indivíduo à realidade a que pertence de forma progressiva. Em outras palavras:

Quando Aristóteles considera que o hábito é o meio de formar precocemente o caráter, evoca um acostumar-se doce e progressivo, e não uma repetição mecânica e forçada: também se freqüentemente é necessário endireitar, corrigir, punir, esse é só um mal menor (VÉRGNIÈRES, 2008, p. 87).

O que podemos observar é que para Aristóteles existe um estreito compromisso entre a cidade e homem e do homem para com sua cidade. A pólis tem uma finalidade altamente moral que é a regulação do comportamento de seus membros segundo sua realidade. E do outro lado estão as pessoas que têm o dever do compromisso político para com sua cidade. “A conduta dos indivíduos constitui a matéria prima da ética, e a história das cidades com seus regimes constitui a da política” (WOLFF, 1999, p. 20).

É preciso perceber que nesta relação entre política e ética existe uma constante que é no caso da política a busca pelo bem viver juntos na polis do mesmo que a ética busca o melhor modo de agir. Ou como diria Aristóteles, “[...] tornamo-nos justos praticando atos justos [...]” (ARISTÓTELES, 1979, p. 67). Este pensamento nos remete a ideia de que toda cidade deve procurar ter em vista sempre certo bem.

É digno de nota que este comportamento virtuoso possui variantes de cidade para cidade. Um valor de uma cidade com certeza não poderia ser agregado à outra cidade. Claro que cada cidade



praticamente possuía sua legislação devido às diferentes situações – clima, geografia e população – pelas quais cada uma passava.

O estudo da adaptação das constituições a uma maneira humana concerta pode-se fazer segundo dois eixos, o do espaço e o do tempo. No primeiro caso, a constituição aparece como função do ethnos, cujo caráter é determinado por sua situação geográfica; no segundo caso, como função do plethos (a multidão) que evolui quantitativamente e qualitativamente no curso da história.

A primazia de um eixo sobre o outro empenha profundamente a concepção do político. Se a geografia é determinante, pode-se estabelecer uma classificação estável de etnias, que permite descobrir a constituição que é naturalmente adaptada a cada uma. A tarefa do político é então instituir o que é conforme às disposições naturais duráveis de cada ethnos (VÉRGNIÉRES, 2008, p. 216).

Outro fator de suma importância que deve se levar em conta é de uma tentativa de universalização moral do que seja o “Bem”. Dito de outro modo, toda ação humana possui uma finalidade que é o bem, porém o risco que se corre é o de tentar tornar este “bem” com um único significado moral (universalização moral). Pois mesmo uma convenção de ladrões visa à busca de um “bem” para eles, que é o acúmulo de riquezas roubadas.

Toda ação é, com efeito, finalizada por definição. Fazer alguma coisa, o que quer que seja, é procurar obter qualquer coisa (“um bem”) com a modificação que se opera; é, simplesmente, adaptar os meios a um fim... (WOLFF, 1999, p. 42).

Deste modo podemos perceber que de fato “[...] o objetivo da vida política é o melhor dos fins, e essa ciência dedica o melhor de seus esforços a fazer com que seus cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações” (ARISTÓTELES, 1979, p. 59). Isso nos remete a idéia de que o homem deve ser educado na virtude para que na sua prática diária possa ser ele mesmo capaz de atos nobres para com seus coetâneos. Segundo Aristóteles, “o homem verdadeiramente político também goza a reputação de haver estudado a virtude acima de todas as coisas, pois deseja fazer com que seus concidadãos sejam bons e obedientes às leis” (ARISTÓTELES, 1979, p.63).

Enfim, o homem animal político de Aristóteles é um ser que foi preparado e educado para a virtude. É um ser que procura o bem viver na cidade tendo em vista a felicidade que este mesmo bem viver o traz. É na cidade e somente nela que o ser humano não é um bárbaro como pensava a cultura da época e conseqüentemente o próprio Aristóteles. O Estagirita também sabia que um ser equilibrado poderia sim bem conviver com seus semelhantes, poderia praticar e viver a virtude e assim atingir a felicidade. Mas mais do que isso Aristóteles sabia que o ser humano seguindo este itinerário com certeza atingiria aquilo que era a prioridade para qualquer grego, o bem da cidade.

Mas a vivência na cidade além destes aspectos também é constituída de outros tais como a *Philia*. Como será então que Aristóteles percebia a amizade nas relações sociais? Com base em sua *Ética* a Nicômaco teremos uma idéia do que pensava o filósofo acerca deste tema. Sendo assim, vejamos as principais questões que Aristóteles desenvolveu ao longo da *Ética Nicomaquéia*.



3 PHILIA NA ÉTICA A NICÔMACO

Com base na obra *Ética a Nicômaco* procuraremos entender como o Estagirita pensava a questão da amizade. Seria ela única e indivisível? Seria ela prejudicial nas relações administrativas da pólis clássica? E se não, o que a tornaria tão preciosa para a pólis? E o porquê os homens civilizados deveriam cultivá-la?

Na obra *Ética a Nicômaco*, percebe-se uma discussão muito pertinente acerca do problema da amizade, suas influências, suas respectivas possibilidades e conseqüentemente distinções. No livro VIII o próprio autor lança o que de fato naquele momento seria importante discutir acerca da amizade e busca examinar fatores.

3.1 ESPÉCIES DE AMIZADE

Para identificar as diferentes espécies de amizade o Estagirita, parte do princípio de quais seriam os objetivos do amor. Ou seja, o que levaria uma pessoa a se aproximar de outra e se pergunta: “Os homens amam, então, o que é bom em si ou o que é bom para eles?” (ARISTÓTELES, 1979, p.180). Refletindo assim sobre esta temática, Aristóteles percebe que o ser humano basicamente se apega as aparências e diz que “que cada homem ama não o que é bom para ele, e sim o que parece bom [...] ‘o que parece estimável’” (ARISTÓTELES, 1979, p.180). Este é, por exemplo, um fator que distingue a amizade perfeita da benevolência. “[...] enquanto a benevolência pode não ser recíproca e pode passar despercebida, a amizade, [...] requer ao mesmo tempo reciprocidade e reconhecimento, além de estar diretamente envolvida com a ação e a afetividade” (ZINGANO, 2007, p. 465).

Aristóteles destaca o que ele considera os três motivos pelos quais uma pessoa ama, segundo ele, os objetos inanimados, os amigos e as pessoas desconhecidas.

Para o amor dos objetos inanimados não usamos a palavras “amizade”, pois não se trata de amor mútuo, nem um deseja bem ao outro (seria, com efeito, ridículo se desejássemos bem ao vinho; se algo lhe desejamos é que se conserve, para que continuemos disposto dele); no tocante aos amigos, porém, diz-se que devemos desejar-lhes o bem no interesse deles próprios. Mas aos que desejam bem dessa forma só atribuímos benevolência, quando recíproca, torna-se amizade. Ou será preciso acrescentar “quando conhecida”? Pois muita gente deseja bem a pessoas que nunca viu, e as julga boas e úteis; e uma delas poderia retribuir-lhe esse sentimento. Tais pessoas parecem desejar bem umas às outras; mas como chamá-las de amigos se ignoram os seus mútuos sentimentos? A fim de serem amigas, pois, devem conhecer uma à outra como desejando-se bem reciprocamente por uma das razões mencionadas acima (ARISTÓTELES, 1979, p. 180).

Depois deste esboço, Aristóteles, procura refletir agora sobre o que ele considera como as “três espécies de amizade”. Antes, porém de partir para o campo das distinções demonstra que para haver amizade independentemente de qual classe ela pertencer é fundamental que haja algum tipo sequer de conhecimento. Ao que tudo indica só posso amar aquilo que conheço e também assim o desejar.



Há assim, três espécies de amizade, iguais em número as coisas que são estimáveis; pois com respeito a cada uma delas existe um amor mútuo e conhecido, e os que se amam desejam-se bem a respeito daquilo por que se amam (ARISTÓTELES, 1979, p. 181).

É interessante observar que Aristóteles traz consigo sempre presente o aspecto do interesse, aparência na amizade. Independentemente de qual for à espécie de amizade ela sempre irá existir por algum fator externo que a transparecerá.

O Estagirita inicia sua apreciação dizendo que existem “[...] os que se amam por causa da utilidade [...] e diz que [...] estes não se amam por si mesmos, mas em virtude de algum bem que recebem um do outro” (ARISTÓTELES, 1979, p.181).

Existem também os que se amam por conta do prazer. Segundo Aristóteles, estes se assemelham muito aos anteriores visto que:

Não é devido ao caráter que os homens amam as pessoas espirituosas, mas porque as acham agradáveis. Logo, os que amam por causa da utilidade, amam pelo que é bom para eles mesmos, e os que amam por causa do prazer, amam em virtude do que é agradável a eles, e não na medida em que o outro é a pessoa amada, mas na medida em que é útil ou agradável (ARISTÓTELES, 1979, p. 181).

Aristóteles percebe então o caráter de transição destes tipos de sentimento. Por serem de cunho estritamente extrínsecos não recaem sobre eles qualquer tipo de vínculo mais profundo. Sendo assim ocorre sempre uma constante mudança de comportamento diante das mudanças a que venham sofrer as ditas amizades. Percebendo assim este caráter transitório e altamente mutável Aristóteles entende de quais amizades não sejam dignas de serem tidas como verdadeiras e profundas. Passa a vê-las como algo de puro protocolo formal e interesseiro.

De forma que essas amizades são apenas acidentais, pois a pessoa amada não é amada por ser o homem que é, mas porque proporciona algum bem ou prazer. Eis porque tais amizades se dissolvem facilmente, se as partes não permanecem iguais a si mesmas: com efeito, se uma das partes cessa de ser agradável ou útil, a outra deixa de amá-la (ARISTÓTELES, 1979, p. 181).

O Estagirita percebe a necessidade assim que existe de correspondência nestas amizades nas quais ocorre uma espécie de lei da oferta e da procura – mal comparando obviamente – onde um elemento social possui algo que agrada a outro e a partir disto surge um vínculo entre ambos. O problema se instaura justamente no momento em que tal produto cessa e conseqüentemente o vínculo que os unia também se esvai. Aristóteles nota assim a mutabilidade do que é útil e as suas conseqüências desprovidas de sentimentos. Uma destas conseqüências é para Aristóteles a falta de convívio social.

E tampouco tais pessoas convivem umas com as outras, pois às vezes nem sequer se vêem com agrado, e por isso não sentem necessidade de tal companhia, a menos que sejam mutuamente



úteis: o convívio só lhes é agradável na medida em que despertam uma na outra a esperança de algum bem futuro (ARISTÓTELES, 1979, p. 181).

Neste texto o autor também traz exemplos de mutabilidade na amizade que visam bens para fundamentar sua teoria. E segundo ele é por tais motivos, como o passar do tempo, que as pessoas e de modo particular a juventude modifica tanto o seu foco em relação aos interesses. Para cada tempo de nossas vidas, segundo Aristóteles, existe um objeto de desejo diferente.

Sendo assim, a amizade verdadeira, e que deve existir, deve estar muito além de um simples movimento materialista e pragmático. Deve se pautar de fato na bondade compreendida em si mesma. Se eu praticar o bem é porque sou bom e a aplico a pessoas boas que em relação a mim praticaram o bem ou não. A ideia de *Philia* aqui transcende as realidades acima citadas e vai muito além. Esta amizade parte do princípio de uma natureza boa que não é refletida em um comportamento de mera visão accidental das coisas e pessoas. “Uma tal amizade é, como seria de esperar, permanente, já que eles encontram um no outro todas as qualidades que os amigos devem possuir” (ARISTÓTELES, 1979, p.182).

Importante observar que Aristóteles naquele tempo já notava uma característica psicológica nos seres humanos que é a atração que existe entre pessoas com mesmas idéias e comportamentos. Alertava também para a importância e raridade de tal comportamento.

O amor e a amizade são, portanto, encontrados principalmente e em sua melhor forma entre homens desta espécie. Mas é natural que tais amizades não sejam muito frequentes, pois que tais homens são raros. Acresce que uma amizade dessa espécie exige tempo e familiaridade (ARISTÓTELES, 1979, p. 182).

Este conceito de familiaridade traz à tona outra problemática que é justamente a necessidade de contato entre os aspirantes a amigos. Não basta somente possuir o desejo de amar. Em Aristóteles o movimento deve ser posto em prática a partir do compartilhamento de idéias, ações etc.; ou seja, é preciso que convivam e neste convívio descubram a sua vocação para este belo sentimento. Além do mais tal ato permite a descoberta da amizade sincera e verdadeira bem como do que não é. Torna-se assim impossível não amar os que nos amam e repudiar os que de outros se aproximam por mero pretexto interesseiro. E prossegue Aristóteles:

Como diz o provérbio, os homens não podem conhecer-se mutuamente enquanto não houverem “provado sal juntos”; e tampouco podem aceitar um ao outro como amigos enquanto cada um não parecer estimável ao outro e este não depositar confiança nele. Os que não tardam a mostrar mutuamente sinais de amizade desejam ser amigos, mas não o são a menos que ambos sejam estimáveis e o saibam; porque o desejo da amizade pode surgir depressa, mas a amizade não (ARISTÓTELES, 1979, p. 182).



Para Aristóteles, portanto, esta é a mais perfeita forma de amizade, visto ser ela a mais competente em perdurar em todos os momentos, bem como capaz de sanar todas as nossas necessidades de ambos os lados.

3.2 É POSSÍVEL HAVER AMIZADE ENTRE OS MAUS?

A resposta a este questionamento só pode ser um na visão aristotélica, sim. E o autor vai mais longe e diz que é possível construir uma amizade até entre homens bons e maus. Mas é preciso entender que Aristóteles parte do princípio de uma amizade pautada nas paixões e na utilidade aquilo anteriormente havia descrito como algo mutável.

Por conseguinte, quando o que se leva em mira é o prazer ou a utilidade, até os maus podem ser amigos uns dos outros, ou os bons podem ser amigos dos maus, ou aquele que não é nem bom nem mau pode ser amigo de qualquer espécie de pessoa; mas por si mesmos, só os homens bons podem ser amigos (ARISTÓTELES, 1979, p. 183).

Aristóteles entende que o convívio tão necessário para o aperfeiçoamento e estreitamento dos laços amigáveis não é usufruído pelos não amigos verdadeiramente “... a não ser que essa relação lhes traga alguma vantagem” (ARISTÓTELES, 1979, p.183).

O Estagirita percebe ainda algo importante nesta amizade que ele vê presente entre os bons:

A amizade entre os bons, e só ela, também é invulnerável a calúnia, pois não damos ouvidos facilmente as palavras de qualquer um a respeito de um homem que durante muito tempo submetemos a prova; e é entre os bons que são encontradas a confiança, o sentimento expresso pelas palavras “ele nunca me faria uma deslealdade”, e todas as outras coisas que se requerem numa verdadeira amizade (ARISTÓTELES, 1979, p. 183).

Assim Aristóteles percebe algo fundamental e que permeia toda amizade sincera, que é nada mais nada menos que o ato de confiança. Ter confiança no próximo é saber que aquele jamais lhe daria veneno para beber assim como você jamais cometeria tal suicídio. É saber assim que podes caminhar em frente sem precisar olhar para trás.

4 PHILIA NA POLÍTICA

Para bem entender a visão de Aristóteles referente às relações humanas na política iremos voltar nossa atenção para um aspecto fundamental das relações, que é a amizade, ou como os gregos a chamavam, *Philia*.

A questão da amizade em Aristóteles é observada em dois livros (VIII e IX) da *Ética a Nicômaco*. Nesta obra percebe-se que existem pelo menos três espécies de amizade, classificadas por ordem de importância. Aristóteles diz:



Há assim, três espécies de amizade, iguais em número as coisas que são estimáveis; pois com respeito a cada uma delas existe um amor mútuo e conhecido, e os que se amam desejam-se bem a respeito daquilo por que se amam (ARISTÓTELES, 1979, p. 181).

Aristóteles logo adiante define as espécies de amizade e elege o que ele considera como a “amizade perfeita”. Existe para ele a amizade por interesse e o como ela é frágil e se dissolve com facilidade, evidentemente tal fato ocorre devido a ser algo de cunho egoísta. Ou seja, uma mera busca de satisfação própria. Também existe a amizade cuja única finalidade é o prazer, as duas são idênticas em suas finalidades, porque são altamente egoístas e puramente acidentais. Conforme Marie-Dominique Phillippe:

[...] O amor de concupiscência, orientado para os bens sensíveis, bens inferiores à nobreza de nossa natureza humana. Esses bens, na realidade, não são amados por si mesmos, nós os amamos para nossa própria vantagem [...] Esse amor de concupiscência é, portanto, interessado e egoísta (PHILIPPE, 2002, p. 72).

O problema com tais amizades reside no fato de sua mutabilidade, ou seja, “o útil não é permanente, mas muda constantemente. E assim, quando desaparece o motivo da amizade esta se dissolve [...]” (ARISTÓTELES, 1979, p.181). Após apontar tais características, destaca o que seja então a amizade perfeita.

A amizade perfeita é a dos homens que são bons e afins na virtude, pois esses desejam igualmente bem um ao outro enquanto bons, e são bons em si mesmos. Ora, os que desejam bem aos seus amigos por eles mesmos são os mais verdadeiramente amigos, porque o fazem em razão da sua própria natureza e não acidentalmente. Por isso sua amizade dura enquanto são bons – e a bondade é uma coisa muito durável. E cada um é bom em si mesmo e para o seu amigo, pois os bons são bons em absoluto e úteis um ao outro (ARISTÓTELES, 1979, p. 181-182).

Ora, os que manifestam o puro desejo de bem aos seus amigos por eles mesmos serem bons são os mais verdadeiramente amigos, porque o assim é seu modo mais natural de se manifestar neste mundo. Não se apegam, portanto, a detalhes, arestas, acidentes aristotélicamente falando.

A durabilidade ou a fortaleza desta amizade depende muito de ambas as partes, ou seja, “a amizade é tão mais forte quanto mais coisas comuns houver entre iguais” (ABBAGNANO, 2007, p. 37). Se a amizade perdura e por justa causa, visto ser um apego não as aparências, mas ao que realmente importa valores e virtudes.

O conceito de amizade perfeita de Aristóteles está mais próximo de uma troca do que propriamente um “fazer o bem sem olhar a quem”. “As relações entre amigos... parecem proceder das relações de um homem para consigo mesmo” (ARISTÓTELES, 1979, p. 203). No entanto, é digno de destaque o fator sinceridade mútua.

Sendo o ser humano essencialmente um “animal político” (ARISTÓTELES, p. 146), ele tem por natureza o desejo de viver na polis, como já estudamos anteriormente. Aristóteles desenvolve este



pensamento com a segura certeza de aprimorar a cultura local. Ele como todo grego é educado no conceito de Paidéia e procura então valorizar justamente estas relações entre indivíduos. “A educação ética da criança, com efeito, é educação que a prepara para a vida política” (VÉRGNIÉRES, 2008, p. 185). Em outras palavras, um ensino que molda os indivíduos para atender as necessidades da pólis. E tal fato fica profundamente marcado em certa passagem da “Política” em que o Estagirita menciona a pólis acima de todas as coisas: “A pólis tem por natureza, mais importância do que a família e o indivíduo, uma vez que o conjunto é necessariamente mais importante do que as partes” (ARISTÓTELES, 1999, p. 146). Em seu ideal provavelmente estava a ideia de unir mais perfeitamente os indivíduos para obter como resultado uma sociedade centrada em valores e solidificada pelos laços de confiança. O próprio Aristóteles chega a afirmar no princípio do livro VIII que além da amizade ajudar a afastar a juventude de erros e manter a pólis unida também é uma segura forma de justiça. Diz o Estagirita:

E quando os homens são amigos não necessitam de justiça, ao passo que os justos necessitam também da amizade; e considera-se que a mais genuína forma de justiça é uma espécie de amizade (ARISTÓTELES, 1979, p. 179).

Para ele, o aspecto da amizade é de suma importância em prol da edificação de uma polis mais sólida e perene. Mesmo crendo que o ser humano é um animal político – e isso é perceptível desde as mais tenras relações familiares – não abandona a ideia de um ser constituído também pelo afeto. Aliás, este sentimento pode transformar a realidade, diz o Estagirita:

Acreditamos realmente que a existência de sentimentos de afeto e de amizade, nas cidades, seja um enorme benefício, é uma salvaguarda contra os conflitos civis. E Sócrates é enfático ao louvar a unidade da pólis, o qual, como ele afirma expressamente, é um dos produtos do sentimento de amizade (ARISTÓTELES, 1999, p. 174).

Sabendo que o Estagirita prioriza a pólis e a igualdade sob as relações humanas – como vimos anteriormente. Porém, se faz digno de nota que Aristóteles também é muito enfático e persuasivo ao afirmar o dever da pólis para com seus cidadãos e o que de fato o caracteriza como pólis e expõe sua complexidade:

Está claro, portanto, que a pólis não pode ser definido simplesmente como uma comunidade que vive num mesmo lugar e protege seus membros dos malfeitores e promove a troca de bens e de serviços. Tudo isso deve estar presente numa pólis, mas nem mesmo a presença de cada um destes itens constitui, ipso facto, uma pólis. A pólis existe para capacitar todos, famílias, aparentados, a viver bem, ou seja, a ter uma vida plena e satisfatória. Isso só pode ser alcançado quando estes grupos familiares ocupam um único e mesmo território e quando o casamento entre seus membros é permitido. É nesse sentido que encontramos, em diversas cidades, associações formadas de parentes pelo casamento, irmandades, reuniões familiares em honra aos deuses e outros meios de relacionamento social. Todas essas atividades são expressões de afeto, pois é no nosso amor pelos demais que nos leva a preferir a vida em sociedade; e todas elas contribuem para a vida digna, que é o propósito da pólis (ARISTÓTELES, 1999, p. 228).



Interessante é observar um fato muito curioso nesta relação entre o conceito de *philia* e a vida em sociedade. Aristóteles percebia nas pessoas as suas diferenças de pensamento, temperamento etc.; mesmo estas habitando em um mesmo território. E tinha consciência desse fator para a constituição de uma pólis e dizia: “[...] a pólis consiste não simplesmente de homens, mas de diferentes espécies de homens; não se pode fazer uma pólis a partir de homens” (ARISTÓTELES, 1999, p. 170). No entanto, seu ideal estava mais centrado no bem viver em sociedade e o como tornar isso realidade, bem como a importância que exercia o “viver em sociedade” para a realização do bem comum. Bem, o próprio Aristóteles diz que “todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer [...]” (ARISTÓTELES, 1979, p. 11), então esta sabedoria só poderia partir da prática, do exercício da virtude.

Por seu exercício, amor de amizade realiza verdadeiramente vida comum, já que esta não desenvolve todas as suas virtualidades senão no e pelo exercício da amizade; não é ela o próprio fruto da amizade? Os amigos,... Devem possuir os mesmos quereres, cooperar nas mesmas atividades e se entre ajudar para serem vitoriosos nas mesmas lutas e nas mesmas dificuldades. Isso constitui certamente uma vida de entre ajuda numa confiança e num amor recíproco. Se este gênero de vida é o fruto por excelência do amor de amizade, é-lhe também como o guardião e a origem. O amor de amizade não se adquire nem se conservar a não ser graças à vida comum. Sem essa não poderia nascer; e, sem essa, também já adquirido, não poderia crescer: muito rapidamente desapareceria (PHILIPPE, 2002, p. 76).

Portanto, se tivermos que responder ao questionamento: é possível ser amigo de alguém não ético na política? Em primeiro lugar, dever-se-ia primeiro perguntar: mas que tipo de amizade? E em segundo lugar, se a resposta for amizade perfeita então dir-se-á que é impossível! A amizade verdadeira que une homens em torno de um objetivo comum é muito mais profunda, complexa e terminantemente comprometedora. Visto que ela é capaz de transformar a pólis como nunca antes se vira.

Co-existir em sociedade é um contínuo confiar nas autoridades que nos cercam de modo a crer nesta confiança de que existe um trabalho sincero e honesto por via das relações daqueles que por nós exercem alguma função. Para se tocar uma bela sinfonia se faz jus que todos os instrumentistas tocam bem seus instrumentos na mais perfeita harmonia.

Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* – mais precisamente no livro VIII – trabalha a amizade em seus variados campos de atuação e demonstra, também, o quão importante é este sentimento para os que o cultivam.

Como já fora dito a priori, a amizade, para Aristóteles está estritamente ligada à virtude, bem como é um sentimento nobre que deve ser exercitado, além é claro de ser importante para a estrutura social visto ser composta, primeiro de uma estrutura orgânica humana.

Lendo as primeiras linhas do livro VIII a sensação que se sente é que o termo, a palavra amizade é apenas um sinal visual que utilizamos para tentar exprimir um sentimento complexo, mas ao mesmo tempo simples que une os homens. Também fica bem evidente que a amizade perpassa todos os caminhos dos seres humanos em todas as esferas sociais possíveis. E obviamente é chamada e tem um sentido em cada espaço dependendo de onde esteja. Para Aristóteles, todos os seres humanos são



dependentes deste sentimento sejam eles ricos ou pobres, velhos ou jovens, pais e filhos, maridos e esposas, membros de uma mesma linhagem e assim por diante. E em cada estágio destes existe um sentimento e um entendimento do que seja afinal a amizade.



REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. Constituição de Atenas in Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARISTÓTELES. Política in Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARISTÓTELES. Metafísica in Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco in Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BODÉÛS, Richard. Aristóteles - A Justiça e a Cidade. São Paulo: Loyola, 2007.
- JAEGER, Werner. Paidéia - A Formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WOLFF, Francis. Aristóteles e a Política. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luiz. História da Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- PHILIPPE, Marie-Dominique. Introdução à Filosofia de Aristóteles. São Paulo: Paulus, 2002.
- VERGNIÉRES, Solange. Ética e Política em Aristóteles – Physis, Ethos, Nomos. São Paulo: Paulus, 2008.
- ZINGANO, Marco. Estudos de Ética Antiga in Coleção Philosophia. São Paulo: Paulus & Discurso Editorial, 2007.